



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM CURRÍCULO E DIVERSIDADES**

DOURADOS, MS

Agosto/2022

- Aprovado pela Deliberação CPPGI-CEPE-UEMS Nº 325, de 26 de setembro de 2022.
- Homologado pela Resolução CEPE-UEMS Nº 2.547, de 16 de dezembro de 2022.
- Adequado pela CI SAPG-PROPI Nº 29/2023 e Análise/AILEN Nº 127, de 1º de junho de 2023.

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A Comissão para estudo e elaboração da proposta de Projeto Pedagógico e Regulamento do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidade, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Dourados foi instituída pela Portaria UEMS-PROPPI nº 55/2022, de 27 de julho de 2022, publicada no D.O. nº 10.902, de 28 de julho de 2022, p. 40, e tem como membros:

Prof^ª. Dra. Cíntia Santos Diallo - Presidente

Prof^ª. Dra. Anna Carolina Horstmann Amorim

Prof^ª. Dra. Beatriz dos Santos Landa

Prof. Dr. Diógenes Egídio Cariaga

Prof^ª. Dra. Manuela Areias Costa

Prof^ª. Dra. Amanda Cristina Danaga

Técnica em Assuntos Educacionais Ma. Ireni Aparecida Moreira de Brito

Técnica Administrativa Ma. Terezinha Coelho de Souza

1 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1 1.1 Identificação do Curso

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades

2 1.2 Proponente

Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – CEPEGRE/UEMS (Unidade Universitária em Dourados).

3 1.3 Instituições Parceiras

O Curso poderá ser desenvolvido pela UEMS em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como outras instituições interessadas.

4 1.4 Área de concentração

Ciências Humanas

1 1.5 Área de Conhecimento: Grande Área: Área Específica (CNPq)

Educação; Currículo; Tópicos Específicos de Educação

5 1.6 Local de Realização

O Curso será ofertado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na Unidade Universitária de Dourados.

6 1.7 Período de Realização

O Curso, de caráter temporário, terá a duração mínima de 12 meses e máxima de 18 meses, sendo que o período destinado para oferecimento das disciplinas e trabalho de conclusão de curso será previsto em calendário acadêmico aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

7 1.8 Público-Alvo e número de vagas

1 1.8.1 Público-Alvo

O curso será destinado para profissionais da Educação, portadores de diplomas de cursos de licenciatura e de outros cursos de graduação e de áreas afins, legalmente registrados pelos órgãos competentes. Os critérios de seleção serão estabelecidos em edital de processo seletivo.

2 1.8.2 Número de Vagas

Serão ofertadas 40 (quarenta) vagas para a Unidade Universitária de Dourados, em regime presencial, distribuídas da seguinte maneira 28 (vinte e oito) ampla concorrência, 8 (oito) cotas negros/as, 4 (quatro) cotas indígenas. Além de 8 (oito) sobrevagas, 2 (duas) quilombolas, 2 (duas) imigrantes, apátridas ou refugiados, 2 (duas) LGBTQIA+, 2 (duas) ativistas de movimentos sociais.

1.9 Carga horária, créditos e integralização

A carga horária total do curso é de 360 (trezentos e sessenta) horas, distribuídas em 10 (dez) disciplinas, equivalentes a 24 (vinte e quatro) créditos, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente. A carga horária de cada disciplina será constituída por unidade de crédito, sendo que cada unidade corresponderá a 15(quinze) horas de atividades. O tempo de orientação para elaboração individual do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) constará da carga horária total.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

8 2.1 Histórico da UEMS, da Unidade Universitária e do Curso

1 2.1.1 Histórico da UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Instituição de natureza fundacional pública, mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, nos termos das legislações em vigor, e rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Quanto aos atos Regulatórios da UEMS, registra-se que embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Na sequência, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. Posteriormente foi credenciada por intermédio da Deliberação CEE/MS nº 9943, de 19 de dezembro de 2012, pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018, sendo que esse credenciamento foi prorrogado pelo ofício n. 145/SUPED/SED¹. Em seguida, foi credenciada pela Deliberação CEE/MS n.º 11.852, de 2 de dezembro de 2019, até o dia 31 de dezembro de 2020. Atualmente a Universidade está credenciada por meio da Deliberação CEE/MS 12.238/2021 até 31 de dezembro de 2024.

Além da sede em Dourados, a UEMS tem Unidades Universitárias em outros 14 municípios, anteriormente chamadas de Unidades de Ensino e hoje denominadas Unidades Universitárias, pois além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, imprescindíveis para o fazer universitário.

Ainda é importante ressaltar que a UEMS, no cumprimento de sua missão de democratizar o conhecimento pelo interior do Estado, possui Polos de Apoio Presencial² em Água Clara, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Costa Rica, Coxim, Japorã, Miranda, Porto Murtinho, Rio Brillhante, São Gabriel, com cursos de Educação a

¹ Ofício n.145/SUPED/GAB/SED, de 18 de janeiro de 2019 - Prorroga o Recredenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul até 31 de dezembro de 2019.

² <http://www.uems.br/ead/menu/ebbef8ef2b02d78cae0af24ebaf94702>

Distância (EaD) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Já as Unidades Universitárias estão presentes nos seguintes municípios: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Dourados (SEDE), Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã.

Tantos os Polos quanto as Unidades vêm possibilitando o desenvolvimento regional nos aspectos culturais, intelectuais e econômico, condição que tem dado a UEMS uma certa notoriedade pelas suas ações e atendimento de demandas sociais junto à sociedade de forma geral como também atendendo a necessidade de elaboração de políticas públicas junto a órgãos públicos.

Cabe particularmente ressaltar que, no momento da criação da UEMS, o quadro educacional no Estado não era satisfatório em relação ao Ensino Fundamental e Médio, no que diz respeito à qualificação do corpo docente, sendo, portanto, de extrema necessidade uma ação da Universidade, visando à superação das dificuldades. Além disso, em 1996, a LDB nº. 9394 determinou a exigência mínima de formação superior para a atuação docente em todos os níveis.

Diante do grande número de professores leigos nas redes oficiais de ensino, a UEMS, no final da década de 1990, assumiu o desafio de reverter esse quadro, intervindo, por meio de formação inicial e continuada, na melhoria da Educação Básica em Mato Grosso do Sul. Dessa forma, destacamos a seguir algumas ações implementadas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a fim de garantir a todos os egressos uma formação acadêmica e profissional de qualidade, de tal forma que possam utilizar todo o seu potencial em ações transformadoras e benéficas à Educação Básica, com o apoio das tecnologias da informação e comunicação.

Uma dessas ações foi a criação e funcionamento do Curso Normal Superior, um dos primeiros do Brasil, que seria desenvolvido enquanto a demanda de professores leigos justificasse o seu oferecimento, tendo seu primeiro polo em Dourados e depois em Campo Grande. Vale destacar que o Curso foi inovador em vários aspectos, principalmente por se constituir no marco inicial da utilização da Modalidade de Educação a Distância na UEMS:

- Foi o primeiro Curso da UEMS a utilizar os 20% de sua carga horária, previsto em legislação, para o desenvolvimento de atividades e/ou disciplinas com o apoio de tecnologias de Ensino a Distância;
- Envolveu os profissionais das Unidades no aperfeiçoamento técnico na área de Educação a Distância com vista a ampliar as possibilidades da política da UEMS de

interiorização do Ensino Superior e seu compromisso com a democratização desse ensino em MS.

- É necessário destacar a oferta do curso Normal Superior para povos indígenas, que também foi inovador por atender as demandas de formação de professores para atuarem nas escolas localizadas em terras indígenas, atendendo o que previa a LDB 9394/96 que garantia o uso da língua materna e os modos próprios de aprendizagem de cada povo na sua formação e nas escolas indígenas ou em terras indígenas. No ano de 2002 foram ofertadas 50 vagas para indígenas da etnia Terena, na região de Aquidauana no qual foram graduados 33 professores em nível superior. Já no ano de 2003, foram ofertadas outras 50 vagas no município de Amambai para os povos Guarani e Kaiowá, que se localizam no cone sul do estado, após alteração no projeto pedagógico para contemplar as diversidades culturais de cada povo. Graduaram-se somente 12 professores nesta oportunidade. A maioria destes profissionais atua hoje nas escolas localizadas em seus territórios.

Desde o início da sua trajetória, a UEMS visava a atender as necessidades da sociedade sul-mato-grossense, objetivando contribuir efetivamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado e do seu povo. Dessa forma, a UEMS continua consolidando seus princípios como instituição pública sempre atenta às necessidades do Estado, desenvolvendo ações, oferecendo Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão nas diversas áreas do conhecimento e da atuação humana, tornando-se uma respeitada instituição para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado.

2 2.1.2 Histórico da Unidade Universitária de Dourados

A Unidade Universitária de Dourados, constitui-se como sede da UEMS desde a sua criação em 1994. Possui infraestrutura administrativa da gestão central (Reitoria, Pró-reitorias, Diretorias e demais setores), além de uma gerência específica da Unidade. Atualmente possui mais de 30 salas de aulas, um anfiteatro central e dois anfiteatros menores, diversos laboratórios para atendimento do ensino, pesquisa e extensão dos 16 cursos de graduação, 14 mestrados, 02 doutorados e 06 especializações já implantados. Conta ainda com quatro CEPEXs, dentre eles o Centro que oferta este Curso.

O Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – (CEPEGRE), sediado em Dourados, tem como objetivo propor, subsidiar, articular monitorar e

avaliar políticas públicas e políticas de ação afirmativa, ligadas às questões de educação, gênero e sexualidade, cultura, raça e etnia, com foco no processo de inclusão para o acesso, permanência e conclusão na Educação Básica e Superior. Visa ainda, por meio do diálogo e participação efetiva junto aos demais sistemas de educação, órgãos governamentais, não governamentais e Movimentos Sociais – local, regional, nacional e internacional - desenvolver estudos e ações na luta contra os processos de discriminação, racismo, homofobia, xenofobia, violência contra a mulher e demais formas de violências.

O CEPEGRE está organizado com base nas linhas de pesquisa dos grupos que o compõe: Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia Grupo de GEPEGRE; Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Interculturalidade e Inclusão – GEPEI e o Grupo de Estudos Culturais, Semióticos e Fronteiriços da UEMS – GESC.

Atividades desenvolvidas pelo CEPEGRE

Ano	Título	Data
2022	Formação continuada para professores/as da educação – <i>on-line</i> - Infâncias, diversidades, organização do trabalho pedagógico	Abril a outubro
2021	Roda de conversa de cotistas	17/11/2021 a 18/11/2021
2021	Seminário de Avaliação das Bancas de Verificação Fenotípica 2021	29/09/2021 a 30/09/2021
2021	Acolhimento – Licenciatura em Física 2021	17/05/2021 a 20/05/2021
2021	Curso de formação para atuação na Avaliação das Bancas de Verificação Fenotípica – UEMS	01/02/2021 a 10/02/2021
2020	17 anos de cotas na UEMS: trajetórias de acadêmicas/os e egressas/os	23 a 26/11/2020
2020	Interseccionalidade: discurso prático e a produção de autonomias	20/11/2020
2020	Discutindo ações para prevenção e cuidados com a vida para o bem viver entre os Guarani e Kaiowá	30/09/2020

2020	Etnografias e caminhadas junto aos Kaiowá e Guarani em MS	23/09/2020
2020	[Apoio] ações para o enfrentamento a Covid-19 em ILPI	07/08/2020
2020	I ciclo de conversas on-line do CEPEGRE/UEMS: o impacto da pandemia do Covid-19 entre/nos grupos subalternizados	18/06/2020 a 23/07/2020
2019	III Seminário sul-mato-grossense em educação, gênero, raça e etnia 2019 e I Seminário diálogos transnacionais: saberes decoloniais, lutas antirracistas e antipatriarcais (parceria NEAB/UFGD)	19 a 22/11/2019
2019	Roda de conversa com o tema “A violência na vida das mulheres negras”	25/07/2019
2019	IV COPENE Centro-Oeste (parceria ABPN E OUTROS)	11 e 14/09/2019
2019	Curso de libras básico I	02/04 até 09/07/2019
2019	Roda de conversa libras	26/09/2019
2019	Audiência pública sobre intolerância religiosa em Dourados	29/09/2019
2019	Seminário “II Diversidade na UEMS: mulheres na luta contra a violência”	21 e 22/03/2019
2019	7ª Parada LGBTQ+ de Dourados 2019 (parcerias)	29/07/2019
2019	13 de maio: “falsa abolição”	13/05/2019
2019	Ação cultural “Círculos de Cultura”	02/08/2019

2019	Curso de libras básico II	Agosto a novembro de 2019
2019	[Apoio] Curso “ecologias feministas de saberes: a construção de um outro mundo possível”	10/05 a 5/10/2019
2019	[Apoio] Simpósio de relações de gênero e diversidade sexual	30/10 a 01/11/2019
2018	6ª Parada LGBTQ+ de Dourados 2018	28/06/2018
2018	Curso de libras	Agosto a novembro de 2018
2017	II Seminário sul-mato-grossense em educação, gênero, raça e etnia e VI Semana de Pedagogia de Dourados/UEMS	28 a 31/08/2017
2017	IX Congresso Brasileiro de pesquisadores/as negros/as – IX COPENE (parceria ABPN e outros)	23 a 28/01/2017
2017	Conferência de promoção da igualdade racial reúne municípios da região de Dourados	17/10/2017
2017	Curso de aperfeiçoamento temáticas étnico raciais na REME – Lei 11.645 (parceria REME/Dourados/MS)	25/08 a 25/11/2017
2016	Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Currículo e Diversidade: gênero, raça e etnia (parceria SED/MS)	2016 a 2018
2016	I Seminário diversidade na UEMS	28 a 30 04/2016

9 2.2 Histórico do Curso

A diversidade das relações étnico-raciais e de gênero é um tema historicamente relevante para promover a investigação e o debate no processo de formação docente, no entanto, em Mato Grosso do Sul, ainda é um ponto de preocupação para os professores da rede de ensino, que sentem necessidade de um maior preparo nessa área — especialmente sobre uma reflexão da inclusão dessas temáticas no currículo escolar — ainda muito nova para a maior parte desses profissionais.

Dessa maneira, é preciso considerar o currículo que, de acordo com Sacristán e Gomez (1998)³ deve ser concebido como processo, que envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou fechadas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação, das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente. Para compreendê-lo e, principalmente, para elaborá-lo e implementá-lo de modo a transformar o ensino, é preciso refletir sobre os diferentes momentos históricos vividos por uma determinada sociedade.

A ausência da história e cultura Indígena, afro-brasileira e africana nos currículos escolares, marca o comprometimento destes com uma cultura e ideologia eurocêntrica e excludente, que não leva em consideração a singularidade da formação do povo brasileiro, historicamente nega e/ou reprime os valores e as tradições de afro-brasileiros, indígenas e dos demais grupos discriminados da nossa sociedade. Essa é uma ideologia a serviço da manutenção das estruturas vigentes, constituindo-se, desse modo, em um terreno fértil para que os estudantes brancos(as), negros(as) e indígenas, homens e mulheres, adultos e crianças reproduzam e vivenciem preconceitos e atitudes racistas adquiridos na escola e em outras instituições sociais como a família e a igreja, entre outras.

No intuito de trabalhar para a concretização de ações educativas voltadas à superação das desigualdades entre negros/as e brancos/as, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996) foi alterada pela Lei Nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003 que instituiu como obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Posteriormente, foi publicada a Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a LDB com a finalidade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena reforçando a função da escola de promover o

³ SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Pères A.I. Compreender e transformar o ensino. 4º ed. São Paulo: Artmed, 1998.

respeito e a valorização da diversidade que constitui o povo brasileiro. E também os Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais (1998), que aborda a educação sexual e as relações de gênero na escola.

Nesse sentido, para esses profissionais é fundamental o acesso a programas de formação continuada que lhes permitam a reflexão sobre sua prática, por meio de um currículo que considere suas tradições e códigos culturais. Um currículo que contemple os processos históricos das práticas educativas indígenas, afro-brasileiras e quilombolas, desenvolvidas no Brasil no percurso de 500 anos, assim como, os processos históricos das práticas linguísticas hoje existentes entre os indígenas, fruto da necessidade de optarem ou não por serem bilíngues, ou monolíngues em português e suas implicações para a organização da escola indígena e quilombola específica.

O enfrentamento dessas questões pressupõe uma reflexão academicamente amadurecida que permita aos profissionais da Educação e outros segmentos, branco, negro, negra, indígena, heterossexual, homossexual, lésbica, bissexual e transexual, agente natural desse processo, a construção de uma *práxis* escolar adequada ao currículo das suas tradições, crenças e saberes culturais, seja em espaços escolares ou extraescolares.

Guacira Louro (1997)⁴ explica que a sexualidade está presente na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desconectado da pessoa. Nesse sentido, a sexualidade é algo ativo na vida das crianças, ela aparece nas conversas, nas brincadeiras, em algo que muitas vezes é inconsciente aos/as alunos/as. A autora prossegue e afirma que a sexualidade está presente desde o nascimento, tendo variadas formas de expressão e não está vinculada necessariamente aos órgãos genitais, muito menos a relações sexuais. A sexualidade está ligada a prazeres, desejos, sensações, sentimentos, processos psicológicos e afetivos. Reflexão similar encontramos no Parâmetro Curricular Nacional – Temas Transversais Orientação Sexual (1997).

Assim como a inteligência, a sexualidade será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura. Os adultos reagem, de uma forma ou de outra, aos primeiros movimentos exploratórios que a criança faz na região genital e aos jogos sexuais com outras crianças. As crianças recebem então, desde muito cedo, uma qualificação ou “julgamento” do mundo adulto em que estão imersas, permeado de valores e crenças atribuídos à sua busca de prazer, os quais estarão presentes na sua vida psíquica (PCNs, 1997,

⁴ LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

p. 296). A escola se coloca com muito receio nesta temática, sempre buscando uma fundamentação puramente biológica e religiosa, constituída em relações heterossexuais, com finalidade de procriação.

Ao introduzir as questões de sexualidade na escola, o/a professor/a deve ser orientado/a pela fundamentação legal e teórico. Seu objetivo de desmitificar o corpo, assim como, auxiliar a criança e adolescente na construção da autoestima, responder dúvidas de acordo com a faixa etária, com honestidade e qualidade das informações.

O trato pedagógico da sexualidade na escola, visa ainda, orientar a/o aluna/o quanto as situações de assédio e perigo. Bem como, alertar e prevenir a respeito das doenças sexualmente transmissíveis, precoce e se proteger contra exposição de conteúdos pornográficos em mídias sociais.

Diante disso, o oferecimento desse Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades pela UEMS, vem ao encontro dos anseios de docentes e demais profissionais da rede pública e privada de ensino e de outras instâncias educativas, bem como profissionais de outras áreas que manifestam o desejo de se aperfeiçoarem, tendo em vista sua qualificação profissional, a partir de documentos legais e referenciais inovadores que possibilitem a compreensão das relações étnico-raciais e de gênero, em toda a sua complexidade no currículo escolar e práticas educativas e pedagógicas no contexto da Educação e de outras esferas profissionais.

O curso em tela permite a articulação entre os grupos de pesquisa que compõem o CEPEGRE, suas linhas de pesquisa e pesquisadores/as, oriundos das áreas de Educação/Pedagogia, Letras, História e Direito. Além disso, serão convidados/as outros/as pesquisadores/as para participação especial em disciplinas e nos seminários inaugural e final do curso. Aventa-se ainda a possibilidade deste curso ser ofertado na modalidade a distância para outros interessados em outros municípios de MS e outros estados da federação, com as adequações necessárias para EAD.

10 3. DIRECIONAMENTOS GERAIS DO CURSO

11 3.1 Justificativa

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades, oferecido na modalidade presencial, com 40% das disciplinas ministradas, por meio da modalidade EaD,

tem como objetivo qualificar professores/as, gestores, servidores administrativos das redes de Educação e outros/as profissionais das demais áreas que manifestem interesses, tendo em vista a necessidade de aprofundar estudos relativos aos aspectos sócio-históricos, filosóficos, políticos, culturais e educativos sobre as populações indígenas, afro-brasileiras, imigrantes e as relações de gênero, no processo de implementação desses conteúdos e práticas de combate a todas as formas de discriminações.

Destaca-se que a proposta do curso está em consonância com o objetivo 19 do Plano de Desenvolvimento Institucional, que prevê o aumento da oferta dos cursos de Pós-graduação *lato sensu*, sobretudo aqueles que são de interesse da comunidade.

A discussão sobre currículo e diversidades compreende uma reflexão que nos remete a questionamentos sobre o ato de ensinar e aprender, tais como: o que, como, porquê, para quê e para quem será apresentado um determinado conteúdo. Dessa forma, sua complexidade transcende o âmbito escolar, visto que envolve questões políticas, ideológicas, práticas sociais e históricas que têm provocado um rico debate sobre sua constituição no campo do conhecimento.

No entanto, essa condição não se esgota nela mesma — ao se pensar na relação da escola e outras instituições que promovem práticas educativas, com o conhecimento socialmente produzido e acumulado — tendo em vista que assume contornos que extrapolam o espaço físico escolar. Desse modo, a organização do currículo clássico recebeu contraposição de vários teóricos com os quais nos deteremos nas diferentes disciplinas que constituem a presente proposta de Especialização. De acordo com Silva (1999)⁵, temos as contribuições de Bobbitt (1918)⁶, Dewey (1979)⁷ e Tyler (1976)⁸ que se colocam em contraposição à organização curricular clássica e com estreita vinculação às necessidades da sociedade industrializada.

Dessa perspectiva, antes de apresentar a discussão sobre o que vem a ser currículo vamos refletir sobre as concepções históricas de currículo e as teorias que a sustentam. É importante refletir sobre a análise de Goodson (1995)⁹ no que diz respeito à construção histórica do currículo. Para este autor a etimologia é reveladora visto que a origem latina

⁵ SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos e identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

⁶ BOBBITT, John Franklin. The Curriculum. Cambridge, Massachusetts – U.S.A. The Riverside Press, 1918. Disponível em: <http://www.archive.org/details/curriculum00bobbuoft>.

⁷ DEWEY, John. Democracia e educação. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

⁸ TYLER, Ralph W. Princípios básicos do currículo e ensino. 3ª Ed. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1976.

⁹ GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

Scurrere que significa curso, correr, indica que currículo é um caminho a ser seguido. De posse dessa constatação, o autor afirma que o vínculo existente entre currículo e prescrição foi fortalecido no período do Calvinismo — no final do século XVI — que fornecia as bases para a ideia de disciplina em sociedade, emergindo a explicitação da relação entre conhecimento e controle. O currículo, assim, seria organizado sob as bases da ordem que lhe forneceria sequência interna e disciplina, que lhe daria coerência estrutural.

Dessa forma, o século XVI constitui-se no marco referencial do currículo, embora a organização desse currículo, de certa forma, já estivesse presente nos estudos do *Trivium e Quadrivium* das sete artes liberais dos séculos XII e XIII. Após o desenvolvimento da indústria com a organização da produção calcada no Taylorismo, o princípio organizacional da administração científica foi transposto por Bobbitt para a educação escolar que se revestiu de caráter tecnicista (SILVA, 1999)¹⁰.

Assim, para a esfera da indústria havia a separação entre quem fazia e quem executava as tarefas, deixando aos primeiros a tarefa intelectual e aos segundos a tarefa de executar o trabalho manual. No campo da educação também haveria a distinção formativa para as funções a serem desempenhadas socialmente, entendendo, portanto, a educação como um instrumento de preparação para o trabalho.

Com a perspectiva de uma educação estruturada em uma escola ativa, Dewey partia do pressuposto de que a escola proporcionaria uma formação calcada na cidadania. Capacitava, dessa forma, alunos/as para a convivência na sociedade liberal capitalista que compreendia, em linhas gerais, os currículos clássicos como distantes da vida real, cultural e psicológica dos estudantes e estruturaria as bases para a concepção de educação escolanovista em que a educação deveria se voltar para a ação em detrimento da instrução. No Brasil, a influência da Escola Nova fez-se sentir no otimismo e entusiasmo pedagógico, princípios que norteavam a defesa da educação como fator preponderante para alavancar o Brasil rumo ao desenvolvimento (SILVA, 1999)¹¹.

A partir dos anos 1960 e 1970 os debates em torno das concepções curriculares tecnicistas e escolanovistas se acirraram, resultando em novas compreensões sobre a temática, amplamente estudadas e categorizadas pelas Teorias Curriculares Tradicionais, Críticas e Pós-Críticas.

As diferentes representações de currículo, expressas por meio da adoção dessas teorias, guiam, portanto, as ações que se desenvolvem no âmbito da escola, em que ação e

¹⁰ Id. Ibid.

¹¹ Id. Ibid.

representação constituem-se em um processo único que tem a participação coletiva da comunidade escolar como eixo dessa associação. Assim, a construção do currículo deve ser compreendida, nesta perspectiva, como um trabalho colegiado, participativo e integrado dentro da escola.

O currículo é uma seleção cultural e se configura como uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos e que deve ser contextualizada. Além disso, as funções que o currículo cumpre — como expressão do projeto de cultura e socialização — são realizadas por meio de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que se constituem em torno de si. (SACRISTÁN, 2000)¹².

Assim, a concepção de currículo que fundamenta a presente proposta de Especialização é de um “[...] projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada”. (SACRISTÁN e GOMEZ, 1998, p. 34)¹³.

Dessa maneira, o currículo se constitui na vida da escola, incluindo a comunidade e o seu entorno, as diversas redes de relações que perpassam o cotidiano da escola e de seus atores, tendo em vista que é importante considerarmos a história das instituições escolares, implementação do currículo, as teorias que a sustentaram, anteriormente citadas, entre elas a pós-crítica que na atualidade fundamentam o currículo que considera as temáticas da diversidade como constituinte da sociedade brasileira em todas as instâncias.

Podemos afirmar que as teorias de currículo tradicionais, críticas e pós-críticas formam um conjunto de representações, imagens, reflexões, signos que produzem e descrevem uma realidade sobre o que significa currículo. É ainda, um campo de estudo que se define pelos conceitos que utiliza para conceber a realidade — nesse caso, a realidade do que é “currículo”.

Desta forma, a abordagem das relações étnico-raciais e de gênero, no currículo escolar, não pode ser concebida em uma perspectiva dissociada da sociedade em que está inserida e da cultura enquanto modo de ser, de agir e de pensar de um grupo, povo ou nação, pois os códigos culturais organizam a vida social, variando de sociedade para sociedade em diferentes épocas.

A vertente dos estudos culturais no campo do currículo escolar busca compreender,

¹² SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

¹³ SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Angel I. Perez. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 1998

Territórios de produção, circulação e consolidação de significados, como espaços privilegiados de concretização de políticas de identidade. Quem tem força nessa política impõe ao mundo suas representações, o universo simbólico de sua cultura particular¹⁴.

Com base nos teóricos da Teoria Crítica, Paraíso¹⁵ indica a pluralidade de temas presentes na produção pós-crítica:

[...] o conhecimento (e seus efeitos de verdade e de poder), o sujeito (e os diferentes modos e processos de subjetivação), os textos educacionais (e as diferentes práticas que estes produzem e instituem). Essas pesquisas têm problematizado as promessas modernas de liberdade, conscientização, justiça, cidadania e democracia, tão difundidas pelas pedagogias críticas brasileiras, abdicado da exclusividade da categoria classe social e discutido, também, questões de gênero, etnia, raça, sexualidade, idade (Louro, 1995). Têm discutido questões dos tempos e espaços educacionais, mostrando os processos de feitura da escola moderna, bem como pensado, de diferentes formas, a diferença, a identidade e a luta por representação. Têm aberto mão da função de prescrever, de dizer aos outros como devem ser, fazer e agir. Têm, acima de tudo, buscado implodir e radicalizar a crítica àquilo que já foi significado na educação, e procurado fazer aparecer o que não estava ainda significado.

O volume dos estudos se pautaria, então, basicamente em torno de três linhas mais discutidas pela autora¹⁶ sobre:

- as relações de poder na educação;
- o sujeito em suas relações de identidade, subjetividade e modos de subjetivação;
- a descrição e análise de como se constrói a artificialidade na produção de saberes da educação em seus aspectos de conhecimento, verdades e discursos.

A multiplicidade de temas revela a indagação do sujeito em suas diferentes práticas discursivas que o conformam, entendendo que a subjetividade ou a formação do sujeito está relacionada diretamente com essas práticas dentro ou fora da escola, combinada ou não para a regulação das condutas.

Além da centralidade do sujeito a autora aponta que as verdades cristalizadas na Educação também emergem como foco de discussão no âmbito dos currículos, dos saberes

¹⁴ COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, V. M. (org). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 38.

¹⁵ PARAÍSO, Marlucey Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio-ago. 2004, p. 287.

¹⁶ Id. Ibid.

educacionais e dos conhecimentos considerados legítimos, destacando a artificialidade do processo de construção do conhecimento, das verdades e dos saberes educacionais.

A corrente pós-crítica possui, portanto, uma diversidade de estudos que se aproximam do questionamento instituído pela ótica da sujeição ao poder, por meio do discurso que se presentifica em toda a rede social e dialoga com a Filosofia, Administração, Psicologia, Sociologia, Ciência Política, História, Teoria da Literatura, Fenomenologia, Estudos Culturais, entre outras áreas do conhecimento, enquanto um projeto social e cultural construído também na circunscrição das políticas transnacionais e supranacionais.

Segundo Gomes (2007)¹⁷, para realizarmos qualquer discussão ou análise sobre currículo, é necessário identificar se a diversidade se constitui em uma preocupação dos professores (as), de alguns grupos de profissionais dentro da escola, de gestores do sistema educacional ou se já ocupa lugar de destaque no currículo e nas preocupações pedagógicas. É importante ainda constatar como ela se apresenta no currículo e qual o espaço que ocupa no cotidiano escolar. De acordo com a autora:

Os currículos e práticas escolares que incorporam essa visão de educação tendem a ficar mais próximos do trato positivo da diversidade humana, cultural e social, pois a experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização, de humanização e desumanização. A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem. Todavia, há uma tensão nesse processo. Por mais que a diversidade seja um elemento constitutivo do processo de humanização, há uma tendência nas culturas, de um modo geral, de ressaltar como positivos e melhores os valores que lhe são próprios, gerando um certo estranhamento e, até mesmo, uma rejeição em relação ao diferente¹⁸.

Dessa perspectiva, abordar as questões relações étnico-raciais e de gênero entre outras que perpassam a vida humana — seu desenvolvimento em todos os aspectos e suas relações sociais e afetivas em todos os espaços sociais e na escola — vai além do discurso de tolerância que se constata na maioria dos projetos pedagógicos, materiais didáticos, propostas curriculares, pedagógicas e práticas docentes e de gestão.

¹⁷ SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Angel I. Perez. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 1998.

¹⁸ GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (orgs). Indagações sobre o currículo: Diversidade e currículo. Brasília: MEC;SEB, 2007, p. 18.

Para mudar esse cenário social de discriminações e a história da educação centrada no eurocentrismo necessita-se da implementação de um novo currículo que proponha reflexões e se constitua por meio de novas práticas com vistas a uma nova cultura escolar e uma formação cidadã que respeite as diferenças.

No que se refere ao campo institucional, em Mato Grosso do Sul, Cordeiro¹⁹ afirma que ao assumir as questões afirmativas em seus cursos de graduação, a UEMS torna-se a primeira Universidade do estado e terceira do Brasil a regulamentar o acesso de indígenas e negros, por meio de cotas. O amparo legal a esse ingresso se deu por meio das Leis nº. 2.589, de 26/12/2002, que dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas, e a de nº. 2.605, de 06/01/2003, que dispõe sobre a reserva de 20% das vagas para negros.

Desta forma, propõe, junto aos segmentos ligados à Educação, especialmente a pública, bem como aos demais segmentos sociais e mercado de trabalho, uma discussão a respeito das relações de gênero e da diversidade étnico-racial, que constitui a formação do povo brasileiro, cumprindo assim, sua missão diante da educação e sociedade sul-mato-grossense.

Na última década, o debate sobre a dinâmica das relações étnico-raciais, de gênero na sociedade brasileira e as ações afirmativas têm se ampliado na esfera pública, sobretudo, nas instituições escolares. Nesse sentido, o momento atual mostra-se favorável para a realização de ações educativas voltadas à superação das desigualdades entre homens e mulheres indígenas, brancos/as e negros/as, bem como as desigualdades relacionadas às questões de gênero que envolvem obrigatoriamente as questões de diversidade da sexualidade. Para tanto, é preciso promover um compromisso público do Estado brasileiro, que é signatário, desde 1968, de vários Tratados e Convenções Internacionais voltados para o enfrentamento e a eliminação das diversas formas de discriminação²⁰.

Os indicadores educacionais, em particular, evidenciam a intensidade e o caráter estrutural do padrão de discriminação étnico-racial e de gênero no Brasil. Ao longo do século XX observa-se um contínuo aumento dos níveis de escolaridade média dos brasileiros, no

¹⁹ CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso. 2008. 249f. Tese. (Doutorado em Educação – Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

²⁰ Os Tratados de Direitos Humanos garantem direitos aos indivíduos; estabelecem as obrigações do Estado em relação aos direitos; criam mecanismos para monitorar a observância dos Estados em relação às suas obrigações e permitem que os indivíduos busquem compensações pela violação dos seus direitos. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), Convenção III da OIT sobre Discriminação no Emprego e na Profissão (1968) e, mais recentemente, da Carta da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001).

entanto, a diferença de escolaridade média entre brancos/as, indígenas e negros/as se mantém perversamente estável entre as gerações.

Os dados apresentados pelo *Comunicado n.º. 66 do IPEA* (2010), ainda estão bem próximos dos dados levantados pelo Censo do IBGE em 2000, ou seja, a média de estudo de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; enquanto que um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 1,7 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens.

Em relação a questão indígena, após a Constituição Brasileira de 1988 e por meio de legislações subsequentes (Diretrizes, 1994²¹; LDB N.º. 9.394/96, Referenciais, 1998²²; Resolução da CEB (Câmara de Educação Básica) N.º. 03/99²³; Referenciais, 2002²⁴), colocou-se a exigência do currículo da Educação Escolar Indígena ser implementado no Brasil, considerando o caráter intercultural, comunitário, específico, diferenciado, bilíngue e multilíngue das etnias.

Nesse processo, ganha-se relevância a figura do professor(a) indígena e quilombolas por serem agentes naturais de escolarização em seu contexto de ação, na medida em que também se apropriam de forma étnica dos conhecimentos veiculados pela escola, estando assim mais preparado para o processo específico de escolarização de crianças e jovens indígenas e quilombolas.

Dessa forma, torna-se possível a construção de uma pedagogia intercultural que se expressa no processo escolar por meio de dois princípios curriculares fundamentais: o respeito aos processos próprios de aprendizagem e a utilização da língua materna nesse processo educativo. Nesse sentido, é preciso investir na formação continuada de professores indígenas e quilombolas, atuantes em seus contextos étnicos, preparando-os por meio de metodologias e conhecimentos teóricos que lhes possibilitem uma atuação que permita uma reflexão sobre seu contexto social, racial, cultural e educacional.

²¹ Diretrizes Para Uma Política Nacional de Educação Escolar Indígena. 2. ed. Brasília: MEC; SEF; DPEF, 1994. (Cadernos de educação básica. Série institucional, 2).

²² BRASIL. MEC;SEF. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC;SEF, 1998.

²³ BRASIL. CNE. Resolução CEB n. 3, de 10 nov. 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de novembro de 1999. Seção 1, p. 19. Republicada em 14 de dezembro de 1999, Seção 1, p. 58, por ter saído com incorreção do original

²⁴ BRASIL. MEC;SEF. Referenciais para Formação de Professores Indígenas. Brasília: MEC; SEF, 2002.

Os programas específicos de formação inicial, voltados para professores/as indígenas e quilombolas — que lhes possibilitam discutir, em sua formação, as questões da educação escolar — tornou-se uma prática na UEMS, desde a oferta do curso Normal Superior Indígena, em 2002 e 2003, para os professores Terena e Guarani das regiões de Aquidauana e Amambai. A partir do processo seletivo de 2004, a Universidade adotou o sistema de cotas, reservando 10% de suas vagas para os indígenas e 20% para os negros, em todos os seus cursos de graduação, ampliando, dessa forma, a inclusão de todas as etnias e raças do Estado e inclusive de outros Estados. Em 2018, criou por meio da Resolução CEPE-UEMS N° 2.015, de 31 de outubro de 2018, a qual dispõe sobre a política de ações afirmativas/reserva de vagas para pessoas negras (20%), indígenas (10%), com deficiência (5%) e sobrevagas para quilombolas (5%), travestis e transexuais (5%) no âmbito da Pós-graduação, *lato e stricto sensu*, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

A maioria dos professores indígenas e quilombolas, bem como os demais graduados, recebeu essa formação em cursos não específicos, com currículos que não contemplavam disciplinas, conteúdos e docentes que promovessem a discussão e o registro das questões específicas de seu contexto étnico-racial e cultural.

De acordo com o IBGE²⁵, o Estado do Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil com cerca de 50.000 índios. Além da questão quantitativa, essas populações também são caracterizadas por um avançado “estado de Interculturalidade”, aspecto que aponta para um maior índice de escolarização em nível médio e superior. Por essa razão, há uma demanda de professores indígenas e não indígenas, para o ingresso em cursos de Pós-graduação que proponham a especificidade das práticas pedagógicas desenvolvidas tanto em escolas localizadas em terras indígenas quanto no espaço urbano.

Em relação a população negra de Mato Grosso do Sul, no Censo de 2010²⁶ verifica-se um crescimento da ordem de 7,1% de autodeclarados pretos e pardos em relação ao censo de 2000. Os negros somam hoje no Estado 48,5% contra 47,3% de autodeclarados brancos. Os outros 4,2% referem-se aos indígenas e amarelos. Além disso, de acordo com a Fundação Palmares²⁷, o Estado possui 22 (vinte e duas) comunidades remanescentes de quilombos,

²⁵ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

²⁶ Id. Ibid.

²⁷ FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Quadro geral da comunidade remanescentes de quilombos (CRQs). Disponível em: http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/tABELA_CRQs_COMPLETA-Atualizada-31-12-15.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

algumas com documentação e até escola com currículo específico — como, por exemplo, a Comunidade de Furnas do Dionísio — e outras em processo de demarcação e reconhecimento. Portanto, justifica-se a oferta desse curso com recorte específico em diversidades.

A discussão sobre gênero sofreu uma inflexão a partir dos estudos da historiadora norte-americana Joan Scott²⁸ no final da década de 1980 ao conceituar gênero como social em oposição ao determinismo biológico. As relações concretas e simbólicas da vida social e as conexões de poder podem ser desveladas a partir das problematizações sobre a naturalização das diferenças e as construções sociais das desigualdades binárias.

No interior da escola as singularidades sobre as identidades de homens, de mulheres, emergem aspectos relativos à divisão sexual de papéis, ao controle social sobre esses papéis e suscitam a professores/as e demais profissionais da educação, bem como das diversas áreas de conhecimento, substrato teórico para lidar de forma consequente com as situações cotidianas. Porém, as identidades de gênero não se atêm à apenas estas duas e, essa realidade social precisa ser considerada também no âmbito da Educação.

Com as desigualdades tanto no que diz respeito ao mercado de trabalho, quanto a oportunidades educacionais - minoria nos bancos universitários da graduação, e ausência quase total nos cursos de Pós-graduação, especialmente mestrado e doutorado, que poderiam proporcionar maior ascensão social, assistimos a perpetuação das injustiças com os/as negros/as, indígenas, pessoas com deficiência, travestis, transexuais e transgêneros, ocupando cargos de menores rendimentos e vítimas de preconceito e discriminação no meio social e acadêmico.

Quanto ao contexto de estudantes imigrantes e em situação de refúgio, o acolhimento é um princípio que deve nortear todas as práticas pedagógicas nas escolas, deve ser cultivado entre os estudantes, familiares e servidores de modo que possam desde o primeiro contato perceber as oportunidades que a escola oferece, permitindo a integração e a convivência social de todos, a partir do diálogo e trocas de experiências.

O acolhimento é uma ação pedagógica intencional, organizada e estruturada, uma vez que na escola convivem pessoas que possuem diferentes trajetórias pessoais e culturais e este é o momento para refletirmos sobre essas diferenças para criarmos relações sociais saudáveis e justas. É de responsabilidade de toda a comunidade escolar, contudo, a equipe gestora tem um

²⁸ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

papel relevante na organização da escola e na promoção de uma Cultura de Paz que prime pelo acolhimento dos estudantes.

O acolhimento está em consonância com os objetivos constitucionais definidos para a Educação Básica, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que se fundamentam na cidadania e dignidade da pessoa e pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade.

Com a Adesão da UEMS ao Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos, em setembro/2017, foi implantado o Comitê Gestor, constituído por meio de Portaria UEMS 051/2017, de 20 de novembro de 2017. Foi criado um Plano de Ação, com ações de Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão e Convivência Universitária e Comunitária. O objetivo é que, as ações da UEMS, por meio de seus órgãos colegiados, centros e grupos de pesquisa, se estendam ao diálogo e participação efetiva junto aos demais sistemas de educação, órgãos governamentais, não governamentais e Movimentos Sociais, construindo e consolidando parcerias na luta contra os processos de discriminação e violências, com foco no respeito e exercício dos direitos humanos, na criação de uma cultura de paz que busca banir do meio acadêmico e social a intolerância, o racismo, a homofobia e todas as formas de discriminação (Plano de Ação/Pacto Universitário UEMS).

Diante do exposto, o presente Curso oportunizará aos profissionais do Sistema de Ensino da Educação Básica sul-mato-grossense um aprofundamento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação para as Relações Étnico-Raciais, as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Quilombola, Gênero e Diversidade Sexual na Escola, bem como, um amplo estudo do ensino de História e Cultura Indígena, Afro-brasileira e Africana, contidos nas demais legislações nacionais vigentes, programas e políticas públicas, a exemplo dos temas transversais sugeridos que evidenciam as diferenças culturais e étnico-raciais, com a perspectiva de incorporá-los ao currículo, dialogando com as antigas reivindicações dos movimentos sociais brasileiros, especialmente o Movimento Negro, Indígena, de Mulheres e LGBT.

Dessa forma, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades, será ofertado na modalidade presencial, com 40% da carga horária das disciplinas a distância, o que permite um processo de aprendizagem mais flexível, no qual os pós-graduandos, devidamente orientados, podem estudar em sua própria casa ou no seu local de trabalho, possibilitando maior interlocução com colegas de outras cidades, por meio da comunicação de redes de profissionais que discutem os temas investigados. Devemos levar, ainda, em

consideração que a demanda por esse tipo de formação só poderá ser atendida com a conjugação de várias metodologias de ensino e aprendizagem.

A UEMS ofertará o referido Curso na Unidade Universitária de Dourados, com o objetivo de atender as demandas que chegam das redes públicas e privadas de educação, bem como de outros grupos para a formação continuada de profissionais que atuam no cotidiano escolar e social. Assim, o presente Curso se justifica diante da necessidade de qualificar os profissionais, especialmente da educação, com o objetivo de atender as leis federais nº. 10.639/03 e 11.645/08 que tornam obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e Indígena, além das demais legislações em vigor de combate a discriminações de todas as formas.

O Curso pretende, ainda, preencher as lacunas deixadas pela Base Nacional Curricular Nacional, que não trata em seu escopo conteúdos voltados para diversidade racial e de gênero, na medida em que o documento reduz a diversidade aos aspectos culturais.

[...] da consideração da diversidade cultural, de maneira a abranger produções e formas de expressão diversas, a literatura infantil e juvenil, o cânone, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, as culturas juvenis etc., de forma a garantir ampliação de repertório, além de interação e trato com o diferente ²⁹.

Considera-se, também, no âmbito deste projeto pedagógico a DELIBERAÇÃO CE/CEPE-UEMS Nº 312, de 30 de abril de 2020, que dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

12 3.2. Objetivos do Curso

1 3.2.1 Geral

Promover a qualificação em nível de Pós-graduação *lato sensu*, de profissionais da Educação e outros segmentos profissionais interessados, assegurando-lhes formação política e

²⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p.78.

pedagógica adequada ao planejamento, à análise, à orientação e à avaliação de propostas, que correspondam aos avanços do conhecimento no campo da educação para as relações étnico-raciais, de gênero e da valorização das culturas negra, indígena e dos imigrantes, tanto em relação ao exercício da docência quanto à concretização de pesquisas e práticas – formais e/ou alternativas.

2 3.2.2 Específicos

- Qualificar gestores(a)s e professores(as) e busquem adquirir, produzir, e difundir conhecimentos para implementar as temáticas de gênero, raça, etnia e imigração nos currículos e projetos político-pedagógicos das escolas;
- Incentivar o desenvolvimento da pesquisa, do registro, bem como a divulgação dessas práticas pedagógicas realizadas nas escolas do Estado de Mato Grosso do Sul;
- Possibilitar a aprendizagem em ambientes virtuais, com troca de experiências entre os participantes, com a produção de textos com autoria dos profissionais da educação;
- Divulgar os resultados das pesquisas realizadas no campo das Relações étnico-raciais e de gênero, com publicações autorais.
- Conhecer introdutoriamente a História e Cultura da África, dos afro-brasileiros e dos indígenas
- Conhecer as causas e consequências dos fluxos migratórios, bem como os desafios enfrentados pelas famílias, crianças e adolescentes imigrantes no processo de inserção em uma nova sociedade, em especial, no ambiente escolar.
- Discutir e construir ações pedagógicas de reconhecimento e valorização dos modos de ser e existir da criança e do adolescente imigrantes, assim como promover a inclusão com equidade desses/as estudantes no sistema de ensino brasileiro.
- Conhecer os fundamentos básicos da Educação Sexual, além das especificidades e estratégias de ensino da sexualidade para a Educação Básica.
- Discutir a respeito das desigualdades de gênero, ou seja, dos padrões sociais atribuídos de forma diferente a homens e mulheres e às opressões que decorrem dessa diferenciação.
- Compreender a Interseccionalidade com ferramenta de análise das múltiplas vias identitárias produtoras exclusões, não apenas no campo das relações étnico-raciais, como também no cotidiano escolar.

- Aprender a tratar pedagogicamente as questões relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais e de Gênero
- Incentivar pesquisas e produção acadêmica que utilizem metodologias inovadoras que melhor se adequem às temáticas tratadas no curso.

13 3.3 Perfil Profissional

Os profissionais formados no Curso de pós-graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades, devem apresentar em sua atuação profissional as seguintes características:

- Ser investigativo diante da realidade educacional brasileira para dimensionar o papel da educação, da escola, do ensino, como intencionalidades históricas dos homens, considerando o dinamismo da realidade multirracial, inter/pluriétnica, multicultural, social, política e econômica.
- Buscar continuamente o desenvolvimento de uma consciência política e profissional que seja alimentada pela crítica das questões educacionais, pela autocrítica às suas próprias ações e pela busca constante da instrumentalização teórica, política e técnica, tendo em vista o respeito e a igualdade nas relações étnico-raciais e de gênero.
- Registrar e publicar os resultados das investigações realizadas no campo das Relações étnico-raciais e de gênero, evidenciando o exercício autoral e reflexivo proposto nas práticas pedagógicas.
- Reconhecer a existência do racismo estrutural, do cisheteropatriarcado, da xenofobia, da intolerância religiosa, homofobia, lesbofobia e discriminações correlatas, na sociedade brasileira, bem como considerar a diversidade presente no ambiente escolar e utilizá-la para combater a perversidade do racismo e das discriminações, além de promover um diálogo intercultural.

14 3.4 Princípios Norteadores

Os princípios que norteiam o Curso inspiram-se na busca pela compreensão da natureza do processo educativo, portanto, referem-se aos seus aspectos éticos, políticos, sociais e pedagógicos, alicerçados em uma educação antirracista, antipatriarcal, democrática e decolonial.

Esses princípios têm como finalidade a transformação do papel da educação e da escola levando em consideração os movimentos sociais, a história da sociedade brasileira em um contexto mundial em que predomina a produção de conhecimentos científico-tecnológicos. São inovações que possibilitam aos homens melhores condições de vida, mas também relações econômicas e políticas complexas que geram, contraditoriamente, realidades sociais discrepantes, relações conflitantes e discriminatórias entre os povos.

No Curso, essa reflexão permitirá ao professor a compreensão dessa lógica social e das relações raciais e de gênero que geram, ao mesmo tempo, limites, mas também possibilidades de atuação desse professor na escola para a promoção e melhoria do processo educacional dos cidadãos.

Desta maneira, torna-se necessária a busca de caminhos para preparar os profissionais da Educação para uma atuação no contexto social — tão dinâmico, quanto complexo — que exige conhecimentos diversificados, não só para o mercado de trabalho, mas, sobretudo para a convivência social responsável e ética, na qual predomine o respeito às diferenças e a promoção à igualdade não apenas formal, mas de cidadania e de direito.

15 3.5. Linhas de Pesquisa

Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero, Raça e Etnia Grupo de GEPEGRE; Grupo de Estudos Culturais, Semióticos e Fronteiriços da UEMS – GESC e Grupo de Estudos em Antropologia – Modos de Existências e suas Variações – GEA vinculados ao CEPEGRE definem as linhas de pesquisa para orientar os pós-graduandos na elaboração de seus projetos de pesquisa que são:

- Educação e Cultura das Populações Indígenas, Negras e Quilombolas.
- Acesso e permanência de negros, indígenas, imigrantes, quilombolas, deficientes e transgêneros na graduação e pós-graduação.
- Participação social, política e cultural da mulher.
- Formação de professores para a educação das relações étnico-raciais.
- Formação docente, currículo e práticas educativas.
- Discursos, Linguagens e diversidades.
- Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana.
- Estudos Culturais, Comunidades Tradicionais e Cotidiano.
- Linguagens, identidades e relações interculturais.

- Produção e Circulação de Saberes, conhecimentos e Memórias
- Cosmologias, Ontologias e Territorialidades
- Corporalidades, Saúde, Gênero e Parentesco

16 3.6 Metodologia e recursos

1 3.6.1 Da Metodologia

A perspectiva metodológica adotada nesta proposta de Especialização denominada Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades possibilitará ao pós-graduando a compreensão da relação entre teoria e prática fundamentada, de acordo com o Artigo 1º da Resolução CNE/CP nº. 01/2006, como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional construído nas relações étnico-raciais e de gênero que influenciam conceitos, princípios e objetivos das Ciências da Educação. Articulam-se, dessa forma, conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, socialização e construção do conhecimento; diálogo entre diferentes visões de mundo.

O currículo do Curso prevê 60% (sessenta por cento) de atividades presenciais obrigatórias que serão utilizados para parte das aulas com a discussão de conteúdos, realização de seminários de pesquisa, avaliações de conteúdo por meio da produção de texto que evidencie autoria; Seminários de abertura e encerramento das atividades do Curso, orientação e defesa do trabalho de conclusão de curso. Os 40% (quarenta por cento) a distância serão desenvolvidos por meio de estudos orientados em Ambiente Virtual, acompanhadas por meio da Plataforma de Aprendizagem Virtual Moodle, de acordo com a tabela abaixo:

Nomes das disciplinas	CH Total	Presencial	EAD
Seminário de Pesquisa I	15	15	-
Currículo, Cultura e Diversidade	45	27	18
Metodologia da Pesquisa em Educação Educação em Educação	30	18	12
Educação Educação			
Educação, Gênero e Sexualidade	45	27	18
História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul	45	27	18
História e Cultura Africana e Afro-brasileira	45	27	18

Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira	30	18	12
Políticas Públicas e Direitos Humanos na Perspectiva da diversidade	30	18	12
Orientação de TCC	60	36	24
Seminário de Pesquisa II	15	15	-

Em relação ao/a pós-graduando/a, propõe-se que o/a professor/a orientador/a ajude a desenvolver uma postura investigativa, indagadora, diante das situações práticas da vida que o inicie em uma abordagem mais sistemática do conhecimento; propicie a estes/as os mecanismos necessários para que possam dar seus primeiros passos na pesquisa, orientado pelo conjunto dos valores que se quer desenvolver, para que esse processo colabore com a formação do cidadão comprometido com a superação dos valores subvertidos desta sociedade.

Isso impõe ao/a orientador/a que oriente o/a pós-graduando/a no rigor e na disciplina que a pesquisa exige; que o oriente, igualmente, no levantamento de fontes, coleta de dados; que o incentive a desenvolver as leituras necessárias e que tenha, ele também, rigor teórico e disciplina para orientar o/a pós-graduando/a pelas sendas do conhecimento científico e pelo exercício autoral. Só assim, esse/a profissional/pós-graduando/a poderá superar as metodologias sustentadas por apostilas e manuais didáticos, que normalmente tratam do conhecimento de forma superficial e fragmentada. Todavia, a pesquisa exige, fundamentalmente, a clareza sobre um referencial teórico orientador da investigação, sob pena deste levantar os problemas a serem investigados e permanecer na superficialidade da análise.

Portanto, a proposta metodológica deste curso, trata-se muito mais do que uma simples formação continuada, mas de criar um espaço que ao longo da história de formação do povo brasileiro foi relegado e marginalizado, condição que decorre toda uma prática de racismo, preconceito, estigma social, dominação de influência europeizada e desigualdade deformadora das diferenças étnico-raciais cuja prática se faz sentir cotidianamente. Assim, espera-se instaurar um espaço de formação (via formação continuada), de debate, de troca e sobretudo de humanização das relações que hoje são pautadas pela desigualdade identitária que deforma e não pelo diferente que identifica, aos/as pós-graduandos/as de diferentes regiões do Estado de Mato Grosso do Sul.

17 3.7 Sistema de Avaliação

18 3.7.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem terá por objetivo acompanhar o desenvolvimento dos/as pós-graduandos/as, sua capacidade de implementar os conhecimentos e de desenvolvê-los em situações diversas no processo educativo intra e extraescolar. Será realizada de forma processual, acompanhada pelos/as docentes.

O/A docente responsável pela disciplina deverá orientar os/as pós-graduandos/as no desenvolvimento de leitura e produção autoral. Esse trabalho apresentará como resultado a inter-relação entre teoria e prática, definido um Trabalho de Conclusão de Disciplina (TCD), no formato exigido. Na disciplina de Metodologia de Pesquisa em Educação, o TCD, constituir-se-á na elaboração do projeto de pesquisa para o TCC.

O critério de avaliação utilizado será o de conceitos, de acordo com a tabela abaixo:

de 9,0 a 10,0	A	Excelente
de 8,0 a 8,9	B	Bom
de 7,0 a 7,9	C	Regular
de 0,0 a 6,9	D	Insuficiente

19 3.7.2 Seminários de Pesquisa

O Seminário de Pesquisa está presente, como componente curricular, no início e na finalização do Curso, com a função de fazer a articulação entre as demais disciplinas. Destaca-se, ainda que, a concepção e a forma de desenvolvimento do Seminário de Pesquisa visam oportunizar aos/as pós-graduandos/as momentos de integração em que poderão apresentar e discutir seus projetos de pesquisa, além de oferecer e receber contribuições para o aprimoramento do processo de autoria na elaboração de projetos e TCC.

Para que isso aconteça, a primeira condição é dominar, além dos conhecimentos da sua área, as epistemologias que deverão fundamentar a sua pesquisa. Usualmente, são os manuais de Metodologia Científica que definem o que é pesquisa e o fazem com a superficialidade própria do pragmatismo desta época, entendendo-a como simples indagação empírica, em que

a constatação de dados observáveis e quantificáveis é elemento suficiente para o entendimento de um determinado problema.

A sociedade globalizada exige que cada pesquisador/a pense sua prática incorporando elementos que estão além do seu cotidiano da casa, do trabalho, da escola, do bairro e, até mesmo, da cidade, do estado e do país. Domínio de método implica domínio de teoria. Nesse sentido, reafirma-se, é fundamental a todos que queiram se transformar em pesquisador/a, a apropriação de referenciais teóricos que permitam a apreensão do conteúdo em suas múltiplas dimensões, afinal quando se apropria dessa formação torna-se um profissional autônomo, entretanto não se trata de uma autonomia individual e descontextualizada, pois, conforme salienta Demo³⁰:

[...] quando se fala de autonomia, fala-se da autonomia socialmente contextualizada, ou seja, daquela autonomia que convive em rivalidade e complementaridade com outras autonomias. Este tipo de visão complexa e não linear é crucial para analisarmos cenários educacionais, começando pela visão de que ciência está sempre sujeita à revisão por meio da pesquisa e discussão intersubjetiva.

Essa perspectiva autônoma e autoral é também a metodologia que vem sendo desenvolvida há mais de uma década nos Cursos Normal Superior, Normal Superior Indígena oferecido na UEMS no período de 2000 a 2010 — e atualmente, no Cursos de Pedagogia da Unidade Universitária Sede, em Dourados, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Os resultados dessa atuação se evidenciam na constante aprovação dos egressos desses Cursos em Concursos Públicos de Provas e de Títulos, bem como o exercício profissional em cargos de gestão e docência, na Rede Pública de ensino municipal e estadual.

Diante do exposto, este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades foi elaborado com a finalidade de oportunizar, aos profissionais da Educação pública e privada, bem como profissionais de outras áreas que manifestarem interesse, o desenvolvimento dessa autonomia por meio da produção autoral, bem como a publicação dos resultados evidenciados nessas práticas.

Espera-se, assim, que a implementação desse Curso seja capaz de contribuir com a formação de especialistas na referida temática, para quem, a pós-graduação *lato sensu* tem importante papel, no sentido de contribuir com novos saberes e conhecimentos na prática

³⁰ DEMO, Pedro. Aprender com autoria. Disponível em: <http://dre-pj.com.br/educacaointegral/wp-content/uploads/2014/07/Pedro-Demo-Aprender-com-autoria-1.pdf>, p.2. Acesso em 01 mai. 2016.

educativa, com a finalidade de melhorar as relações sociais, étnico-raciais e de gênero entre os diferentes grupos e segmentos na sociedade.

4. DOS PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS

Os procedimentos acadêmicos como: Da admissão aos Cursos, Da matrícula, Do aluno especial, Do Aproveitamento de Estudos, Do trancamento de matrícula, Do desligamento de discente, Das Licenças, Dos Projetos dos Discentes, Da reoferta de disciplinas, Das atividades complementares, Da Declaração das Disciplinas Cursadas, Do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Da defesa e Do plágio serão especificados com detalhes no Regulamento do Curso.

20 5. DA GESTÃO ADMINISTRATIVO PEDAGÓGICA E ATRIBUIÇÕES

21 5.1 Coordenação de Curso, professores orientadores e Colegiado de Curso

1 5.1.1 Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso será realizada por uma/a docente do quadro efetivo da UEMS, ministrante de disciplina no curso, eleito por seus pares para um mandato vigente pelo período de oferta e conclusão do curso. As atribuições da Coordenação do Curso estão previstas no Regulamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades, de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS, aprovado pela Resolução n. 1.624, de 24 de maio de 2016, alterada pela Deliberação CPPG/CEPE-UEMS Nº 234, de 28 de agosto de 2018.

2 5.1.2 Do corpo docente/ Professor/a Orientador/a

O grupo de docentes orientadores/as do Curso tem como função específica orientar os projetos de pesquisa de TCC dos pós-graduandos, cumprir os procedimentos regimentais para a apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e será composto por:

a) Professores/as pesquisadores(as) do Curso que comprovem pesquisas, trabalhos ou experiência na área da Educação e Diversidades.

b) Professores/as convidados/as, e/ou selecionados por meio de edital específico, que apresentem a titulação mínima, de mestres e doutores, prevista na legislação e, na ausência desses profissionais, serão aceitos professores com titulação de especialista.

Professores/as deverão comprovar o desenvolvimento de pesquisas, trabalhos e/ou experiência na área da Educação e/ou de áreas da diversidade, com registro no *Lattes*.

3 5.1.3 Do Colegiado de Curso

A constituição de um Colegiado de Curso visa — para além das exigências regimentais — garantir a participação de todos os envolvidos no processo de execução do Projeto Pedagógico para o alcance dos objetivos na formação dos pós-graduandos. As reuniões do Colegiado poderão ser realizadas de forma presencial ou utilizando-se de ferramentas de mídia, de modo *on-line*.

A composição do Colegiado do Curso está prevista no Regulamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades, de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS.

22 6. DOS ALUNOS/ TCC

Será concedido o certificado de Especialista em Currículo Diversidades para o/a pós-graduando/a que cumprir todas as etapas e os créditos previstos no curso e obtiver, no mínimo, conceito “C”, ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e ter apresentado o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, diante de uma Comissão Examinadora constituída pelo orientador/a do trabalho de pesquisa e dois/duas docentes convidados/as, preferencialmente, professores/as que atuaram no Curso, aprovados pelo Colegiado.

A defesa deverá ser pública e presencial, na Unidade Universitária Sede da UEMS em Dourados. O/A pós-graduando/a que não obtiver o aproveitamento exigido na apresentação do TCC poderá receber uma declaração de conclusão das disciplinas cursadas com êxito, com suas respectivas cargas horárias, notas e conceitos.

O Trabalho de Conclusão de Curso consistirá em uma atividade de pesquisa realizada na área de Currículo e Diversidades, tendo em vista o perfil profissional pretendido, o qual deverá ser desenvolvido individualmente e apresentado nas formas de: artigo científico³¹ ou

³¹ Em caso de submissão a revista, a autoria deverá ser creditada ao/a orientando/a e ao/a orientador.

monografia ou produto técnico, como por exemplo, vídeo, material didático, paradidático, podcast ou produção correlata que, necessariamente, deverá explicitar domínio do tema, autoria e tratamento científico adequado. Esse trabalho deverá ser acompanhado por um/uma professor/a orientador/a do quadro do Curso, e/ou selecionado para esse fim.

1 6.1 Certificação e trabalho de conclusão de Curso

Será concedido o certificado de Especialista em Currículo Diversidades para o/a pós-graduando/a que cumprir todas as etapas e os créditos previstos no curso e obtiver, no mínimo, conceito “C”, ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e ter apresentado o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, diante de uma Comissão Examinadora constituída pelo orientador/a do trabalho de pesquisa e dois/duas docentes convidados/as, preferencialmente, professores/as que atuaram no Curso, aprovados pelo Colegiado.

A defesa deverá ser pública e presencial, na Unidade Universitária Sede da UEMS em Dourados. O/A pós-graduando/a que não obtiver o aproveitamento exigido na apresentação do TCC poderá receber uma declaração de conclusão das disciplinas cursadas com êxito, com suas respectivas cargas horárias, notas e conceitos.

2 6.2 Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso consistirá em uma atividade de pesquisa realizada na área de Currículo e Diversidades, tendo em vista o perfil profissional pretendido, o qual deverá ser desenvolvido individualmente e apresentado nas formas de: artigo científico³² ou monografia ou produto técnico, como por exemplo, vídeo, material didático, paradidático, podcast ou produção correlata que, necessariamente, deverá explicitar domínio do tema, autoria e tratamento científico adequado. Esse trabalho deverá ser acompanhado por um/uma professor/a orientador/a do quadro do Curso, e/ou selecionado para esse fim.

6.3 Metodologia

A perspectiva metodológica adotada nesta proposta de Especialização denominada Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades, possibilitará ao pós-graduando a compreensão da relação entre teoria e prática fundamentada, de acordo com o Artigo 1º da Resolução CNE/CP nº. 01/2006, como ação educativa e processo pedagógico

³² Em caso de submissão a revista, a autoria deverá ser creditada ao/a orientando/a e ao/a orientador.

metódico e intencional construído nas relações étnico-raciais e de gênero que influenciam conceitos, princípios e objetivos das Ciências da Educação. Articulam-se, dessa forma, conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, socialização e construção do conhecimento; diálogo entre diferentes visões de mundo.

O currículo do Curso prevê 60% (sessenta por cento) de atividades presenciais obrigatórias que serão utilizados para parte das aulas com a discussão de conteúdos, realização de seminários de pesquisa, avaliações de conteúdo por meio da produção de texto que evidencie autoria; Seminários de abertura e encerramento das atividades do Curso, orientação e defesa do trabalho de conclusão de curso.

Em relação ao/a pós-graduando/a, propõe-se que o/a professor/a orientador/a ajude a desenvolver uma postura investigativa, indagadora, diante das situações práticas da vida que o inicie em uma abordagem mais sistemática do conhecimento; propicie a estes/as os mecanismos necessários para que possam dar seus primeiros passos na pesquisa, orientado pelo conjunto dos valores que se quer desenvolver, para que esse processo colabore com a formação do cidadão comprometido com a superação dos valores subvertidos desta sociedade.

Isso impõe ao/a orientador/a que oriente o/a pós-graduando/a no rigor e na disciplina que a pesquisa exige; que o oriente, igualmente, no levantamento de fontes, coleta de dados; que o incentive a desenvolver as leituras necessárias e que tenha, ele também, rigor teórico e disciplina para orientar o/a pós-graduando/a pelas sendas do conhecimento científico e pelo exercício autoral. Só assim, esse/a profissional/pós-graduando/a poderá superar as metodologias sustentadas por apostilas e manuais didáticos, que normalmente tratam do conhecimento de forma superficial e fragmentada. Todavia, a pesquisa exige, fundamentalmente, a clareza sobre um referencial teórico orientador da investigação, sob pena deste levantar os problemas a serem investigados e permanecer na superficialidade da análise.

Portanto, a proposta metodológica deste curso, trata-se muito mais do que uma simples formação continuada, mas de criar um espaço que ao longo da história de formação do povo brasileiro foi relegado e marginalizado, condição que decorre toda uma prática de racismo, preconceito, estigma social, dominação de influência europeizada e desigualdade deformadora das diferenças étnico-raciais cuja prática se faz sentir cotidianamente. Assim, espera-se instaurar um espaço de formação (via formação continuada), de debate, de troca e sobretudo de humanização das relações que hoje são pautadas pela desigualdade identitária que deforma

e não pelo diferente que identifica, aos/as pós-graduandos/as de diferentes regiões do Estado de Mato Grosso do Sul.

6.4 Da carga horária a distância

Os 40% (quarenta por cento) a distância serão desenvolvidos por meio de estudos orientados em Ambiente Virtual, acompanhadas por meio da Plataforma de Aprendizagem Virtual Moodle. Assim como, por outros suportes das Tecnologias da Informação e Comunicação.

3 7. DA ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS MATERIAIS E ACERVO BIOGRÁFICO

23 7.1 Dos Recursos

No Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Currículo e Diversidades serão utilizados:

- Acervo disponível na Biblioteca da UEMS;
- Acervo bibliográfico disponível no Cepegre;
- Sala de aula
- Laboratório de Informática de uso comum dos/as estudantes regularmente matriculados na Instituição
- Acervo disponível Banco Digital de Teses e Dissertações;
- Artigos, Vídeos, Áudios, Filmes, Podcast e outros produtos disponíveis em meios digitais e/ou virtuais com livre acesso para fins de pesquisa.

A metodologia adotada para a interação entre docentes e pós-graduandos/as, fora dos horários de aulas presenciais, será da ferramenta Moodle. O Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*)³³ é um *software* livre de apoio à aprendizagem colaborativa no ambiente virtual. É também chamado de “Sistema de Gestão de Aprendizagem”. Além de outros recursos como *Google Class Room, Google Drive, Whatsap*.

³³ O sistema foi criado por Martin Dougiamas em 2001. A plataforma Moodle é um sistema de administração de eventos educacionais para comunidades on-line, em ambientes virtuais e se destinam a aprendizagem colaborativa.

O AVA-Moodle tem sido amplamente utilizado por diversas Instituições de Ensino Superior (IES), pois se constitui em um *software* que possibilita o trabalho colaborativo entre os participantes dos Cursos oferecidos *on-line*. É utilizado pelos professores como ferramenta de apoio à aprendizagem por dispor de um conjunto de recursos úteis que facilitam e ampliam as possibilidades de interação e construção do conhecimento no ambiente virtual³⁴.

A utilização das ferramentas — fóruns, chats, bibliotecas, videotecas, tarefas, lições, glossários e outras — disponíveis no ambiente de aprendizagem não exige nenhum pré-requisito, além dos conhecimentos básicos de acesso à internet e conceitos de postagem de mensagem e envio de arquivos por meio eletrônico (*e-mail*). A comunicação entre os participantes está fundamentada nesses pressupostos e, portanto, o sistema requer o mínimo de familiarização com suas funções específicas - o que se torna uma tarefa simples, pois evolui à medida que os conteúdos e as atividades propostas são realizados e disponibilizados. Desse modo, a aprendizagem torna-se mais dinâmica, eficiente e produtiva.

O material impresso ou em mídia deverá ser disponibilizado pelo docente responsável pela disciplina, com antecedência mínima de 30 dias, visando possibilitar aos/às pós-graduandos/as a leitura prévia.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das orientações virtuais e dos *fóruns* de discussões serão devidamente normatizados e planejados pelo Colegiado de Curso e divulgados junto aos pós-graduandos. Esses momentos interativos possibilitarão experiência de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

O domínio técnico das ferramentas existentes no ambiente virtual de aprendizagem não garante por si a aprendizagem, entretanto, sinaliza para possibilidades de construção da autonomia desejada no aluno. Os diversos meios midiáticos e o estudo do material concorrem para forjar no aluno o perfil de pesquisador a partir de questões e/ou temas problematizadores tratadas ao longo da disciplina. Ancoradas na sólida discussão teórica, propomos que o aluno faça imersões na pesquisa e elabore seu trabalho a partir de reflexões construídas com o rigor científico.

Para tanto, o Calendário Acadêmico do Curso, com as atividades presenciais e a distância, será aprovado pelos membros do Colegiado e apresentado aos/às pós-graduandos/as no início das aulas, pela Coordenação de Curso.

³⁴Para acesso ao AVA - Moodle visite o site: <http://ead.uems.br/>

24 8. Matriz Curricular

25 8.1 Organização curricular

A Matriz Curricular do Curso foi organizada da seguinte forma: disciplinas e seminários de pesquisa, para auxiliarem no processo de desenvolvimento da pesquisa e elaboração do trabalho de conclusão de curso.

No início das atividades será realizado um seminário de abertura e um Seminário de encerramento das atividades do Curso com a participação de palestrantes externos convidados, abordando a temática do Curso. Quanto ao desenvolvimento das disciplinas, 40% da carga horária será ministrada na modalidade à distância.

8.1.1 Matriz curricular, carga horária e créditos

	Disciplinas	Carga horária	Créditos	Categoria
01	Seminário de Pesquisa I	15	1	Obrigatória
02	Currículo, Cultura e Diversidade	45	3	Obrigatória
03	Metodologia da Pesquisa em Educação	30	2	Obrigatória
04	Educação, Gênero e Sexualidade	45	3	Obrigatória
05	História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul	45	3	Obrigatória
06	História e Cultura Africana e Afro-brasileira	45	3	Obrigatória
07	Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira.	30	2	Obrigatória
08	Políticas Públicas e Direitos Humanos na Perspectiva da diversidade	30	2	Obrigatória
09	Orientação de TCC	60	4	Obrigatória
10	Seminário de Pesquisa II	15	1	Obrigatória
	Total da Carga Horária e Créditos		24	-
	Trabalho de Conclusão de Curso		-	
	Total da carga horária do Curso	360	24	-

8.1.2. Matriz curricular, carga horária presencial e a distância

Nomes das disciplinas	CH Presencial	CH EaD	CH Total	Créditos
Seminário de Pesquisa I	15	-	15	1

Currículo, Cultura e Diversidade	27	18	45	3
Metodologia da Pesquisa em Educação Educação em Educação	18	12	30	2
Educação Educação				
Educação, Gênero e Sexualidade	27	18	45	3
História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul	27	18	45	3
História e Cultura Africana e Afro-brasileira	27	18	45	3
Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira	18	12	30	2
Políticas Públicas e Direitos Humanos na Perspectiva da diversidade	18	12	30	2
Orientação de TCC	36	24	60	4
Seminário de Pesquisa II	15	-	15	1
Total Créditos				24

9. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

26 9.1 Características das disciplinas: ementas, objetivos e referências

1 9.1.1 Seminário de Pesquisa I

Ementa: Articulação entre as demais disciplinas. Apresentação e discussão dos projetos de pesquisa. Aprimoramento do processo de autoria na elaboração de projetos e TCC.

Objetivos: Subsidiar a elaboração dos pós-graduandos em processo de construção de projetos e do Trabalho de Conclusão de Curso, por meio da exposição oral e discussão dos trabalhos no grupo

2 9.1.2 Disciplina: Currículo, Cultura e Diversidade

Ementa: Conceito de currículo. Teorias de Currículo: da tradicional a pós-crítica. Construção e organização curricular a partir das relações estabelecidas entre cultura, conhecimento, poder, disciplinaridade e interdisciplinaridade. Relação entre currículo, diversidade e práticas educativas e pedagógicas.

Objetivos: Discutir as teorias do currículo nas visões tradicional, crítica e pós-crítica. Abordar os aspectos principais da construção e organização curricular a partir das relações entre cultura, conhecimento, poder, disciplinaridade e interdisciplinaridade. Compreender a relação entre currículo, diversidade e práticas educativas e pedagógicas.

Bibliografia Básica:

- APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). *Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *Cultura(s) e educação*. Entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Angel I. Perez. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2002.

Bibliografia Complementar:

- APPLE, Michael. *Política cultural e educação*. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). *Sociedade, educação e culturas: questões e propostas*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar* (1987). Porto Alegre-RS: Artes Médicas, 1993.
- GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 1997.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de e CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista* [online]. 2010, v. 26, n. 1 [Acessado 11 Julho 2022], pp. 15-40. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>>. Epub 21 Maio 2010. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>.
- SACRISTAN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 2000
- WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial". In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.

9.1.3 Metodologia da Pesquisa em Educação

Ementa: Subsídios para a elaboração de pesquisa no campo educacional; Definição do objeto, do tema da pesquisa e o processo de problematização da investigação. Diferentes abordagens da pesquisa em educação. Elaboração de relatórios de pesquisa.

Objetivos: Apresentar as etapas da pesquisa no campo educacional, dando destaque para as reflexões sobre as relações étnico-raciais. Compreender as diferentes abordagens da pesquisa em educação, com base em referencial teórico que possibilite a reflexão sobre a prática docente e conhecer a linguagem acadêmica para a elaboração de relatórios de pesquisa.

Bibliografia Básica:

ABNT. *Apresentação de relatórios técnico-científicos* – NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.

_____. *Sumário* – NBR 6027. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Resumos* – NBR 6028. Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Referências* – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

CHIZZOTTI. *Pesquisas Qualitativas nas Ciências Humanas*. SP, Cortez, 2007

FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas/SP: Autores Associados, 2000. Vol. 01.

Bibliografia Complementar:

ABNT. *Apresentação de originais* – NBR 12256. Rio de Janeiro, 1992.

ABNT. *Numeração progressiva das seções de um documento* – NBR 6024. Rio de Janeiro, 2003.

AZEVEDO, I.B. *O prazer da produção científica, diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. 6. ed. São Paulo: UNIMEP, 1996. 145 p.

BACELLAR, Carlos. *Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos*”. In: PINSKI, Carla B. (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Futura, 2003.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M.A.S. *Pesquisa em Educação: Alternativas investigativas com objetos complexos*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2006.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304p.

3 9.1.4 Disciplina: Educação, Gênero e Sexualidade

Ementa: A natureza histórica das questões de gênero. Concepções teóricas que tratam das relações e identidades de gênero. As relações entre gênero, raça e classe social. As relações entre as mulheres e o mundo do trabalho na sociedade industrial. As novas funções das mulheres na sociedade contemporânea. A sexualidade como objeto das ciências sociais. Estudos sobre homossexualidade. Educação do corpo e dos sentidos: corporalidade, gênero e identidades sexuais no Brasil e no mundo.

Objetivos: Abordar as questões de gênero em uma perspectiva histórica, como componentes indispensáveis para a formação do educador crítico. Conhecer a inserção e as trajetórias mulheres no mundo do trabalho e o trabalho como fundamento histórico da opressão feminina. Compreender o conceito de interseccionalidade. Relacionar a gênese da opressão feminina

com o surgimento da propriedade privada. Considerar as contribuições do feminismo negro e dos estudos sobre homossexualidade, como elementos facilitadores da dimensão histórica das questões de gênero e dos elementos superadores do preconceito. Tratar pedagogicamente as questões de gênero no ambiente escolar.

Bibliografia Básica:

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo, Contexto, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1977.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1984. 3 v.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, SP: Cosac & Naif, 2003.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Heloísa B. *et al.* (Orgs). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista, SP: Ed. da Universidade São Francisco, 2002.

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. *Novos Estudos Cebrap*, n. 54, jul. 1999.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

» <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. B. (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1994.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e feminismo. In: _____. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1981.

FRY, Peter & MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1984.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1982.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo, SP: Ed. da Unesp, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza, (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001.

LACERDA Léia T. *A mulher Terena em tempos de AIDS: um estudo de caso da Aldeia Limão Verde, município de Aquidauana (MS)*. 2004. Dissertação. (Mestrado em História) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Dourados, 2004.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: _____. *A família: origem e evolução*. Porto Alegre, RS: Villa Martha, 1980.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. 135 p

HART, J.; RICHARDSON, D. (Orgs.) *Teoria e prática da homossexualidade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1983.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1969.

PARKER, Richard; BARBOSA, Regina, (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, SP: Relume Dumará, 1996.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: _____. *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, Campinas, SP: IFCH/Unicamp, nº. 48, nov. 2002.

ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Louise, (Orgs.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle e BUTLER, Judith. Tráfico sexual. *Cadernos Pagu*, n. 21, 2003.

4 9.1.5 Disciplina: História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul

Ementa: História das aldeias, das terras e territórios dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul e sua relação com os demais contextos espaço-temporais regional e nacional. Compreensão da estrutura da sociedade sul-mato-grossense. As etnias indígenas em Mato Grosso do Sul: passado, presente e projetos para o futuro.

Objetivo: Possibilitar a compreensão da elaboração da História Indígena como um processo em permanente construção e diálogo com as fontes; destacar a contribuição da História Indígena para o entendimento da trajetória histórica das nove etnias presentes na atualidade em Mato Grosso do Sul: Atikum, Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinau, Ofaié e Terena; analisar as situações de (in)visibilidade das sociedades indígenas “resistentes” e destacar a história dos grupos Layana, Kinikinau, Kamba e Atikum e discutir a situação dos “remanescentes”, “ressurgidos” e “emergentes”; conhecer como a localização espaço-temporal dos povos indígenas de MS é feita por meio de mapas e da construção simbólica dos territórios indígenas; realizar uma leitura histórica dos povos desaparecidos.

Bibliografia Básica:

ABREU, M. SOIHET, R. (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BRAND, A. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre: PUC-RS, 1997. (Doutorado em História).

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. *Mapa das terras indígenas no Brasil*. Brasília: Diretoria de Assuntos Fundiários, 2001.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD/ LACED/Museu Nacional, 2006.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

DUTRA, C. A. dos S. *Ofaié: morte e vida de um povo*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996.

MARTINS, G. R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. Revisada e ampliada. Campo Grande: UFMS, 2002.

MELATTI, J. C. *Índios do Brasil*. 7. ed. São Paulo/ Brasília: Hucitec/ Edunb, 1993.

IMUENDAJU, C. *Mapa etno-histórico*. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

OLIVEIRA, J. E. de. *Guató: argonautas do pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

RIBEIRO, B. *O índio na história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 1983.

RIBEIRO, D. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: EPU/ Edusp, 1974.

_____. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Nacional, 1976.

TAUNAY, A. E. *Entre os nossos 36ndios: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guatós, guaycurus, caingangs*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

5 9.1.6 Disciplina: História e Cultura Africana e Afro-brasileira

Ementa: África: o processo da construção dos primeiros Estados agro-burocráticos da história; as lutas e rivalidades políticas entre povos e nações africanas, os expansionismos intra-africanos desde a antiguidade núbio-egípcia até a contemporaneidade; a conquista e colonização árabe da África setentrional; os tráficos negreiros intra-continentais e transoceânicos; a conquista e colonização europeia de todo o continente africano; as lutas de libertação e a descolonização da África. História e Cultura dos Afro-brasileiros: escravidão, pós-abolição religiosidades, expressões culturais; resistências, lutas e conquistas

contemporâneas; o negro no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. África e afro-brasileiros na Educação.

Objetivo: Conhecer as transformações das sociedades africanas. Aprender conceitos e uso de fontes para estudo da História da África. Revisar as teorias evolucionista, eurocêntrica e racistas elaboradas sobre os africanos. Discutir o tráfico negreiro e as diversas formas de resistência a escravidão. Conhecer os movimentos sociais de negros no Brasil: demandas e conquistas. Analisar historicamente as contribuições dos africanos, afro-brasileiros e quilombolas para a formação da sociedade brasileira. Compreender o processo histórico das relações étnico-raciais no Brasil. Orientar trato pedagógico da Educação. Compreender a Educação Antirracista.

Bibliografia Básica:

DIALLO, Cintia Santos e SILVA, Dina Maria (Orgs). *História da África: múltiplas aprendizagens*. Dourados-MS: Editora UEMS, 2010.

DIAS, Braz Juliana, LOBO, Andréa de Souza. *África em Movimento*. Brasília: ABA. Publicações, 2012

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil *In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et AL. 500 anos de Educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2003 p. 325–346.

HERNANDEZ, Leila Maria G. Leite. *A África na sala de Aula: visita à história contemporânea*. 3.ed. -São Paulo: Selo negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LOPES, Nei. *Dicionário escolar afrobrasileiro*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.

MUNANGA, Kabengele ; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Síntese da coleção história geral da África. Brasília, DF : Unesco, MEC, UFSCAR, 2013. 2 v.

Bibliografia Complementar:

ARNAUT, Luiz e LOPES, Ana Mônica. *História da África: uma introdução*. Belo horizonte: Crisálida, 2005.

AREIAS COSTA, Manuela. Patrimônio Cultural Quilombola de Mato Grosso do Sul: festas, saberes e resistência. In: Patrícia Zaczuk Bassinello; Denise Silva [Orgs.] *Saberes e Sabores*

do Pantanal Sul: teia de escuta das comunidades. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022 (no prelo).

AREIAS COSTA, Manuela. Histórias “atlânticas” na escravidão e no pós-abolição: biografias de personagens negros e ensino de história e cultura afro brasileira. In.: MORAES, Eulália Maria Aparecida de (et al.). *O ensino de história da África, da cultura afro-brasileira e indígena: múltiplos olhares*. Cáceres: UNEMAT, p.132-178, 2018.

APPIAH, Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BAH, T. M. *Historiographie africaine: Afrique de l'ouest-Afrique centrale*. 2015.

BARBOSA, M. S. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África* (UNESCO). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2012.

CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2011.

CÉSAIRE, A. *Discours sur le colonialisme: suivi du, Discours sur la négritude*. Présence africaine, 2004.

CUNHA JR, H. *O ensino da história africana*. 1999. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=499>> Acesso: jul. 2015.

DIOP, C. A. *Nations nègres et Culture*, Paris, Présence Africaine, 1954, 1964, 1979.

DIALLO, Cíntia Santos e Lima, Cláudia Araújo de História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. Educação e Pesquisa [online]. 2022, v. 48 [Acessado 11 Julho 2022] , e234744. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248234744>>. Epub 06 Maio 2022. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248234744>.

DIALLO, Cíntia Santos; DE LIMA, Claudia Araújo. Revisitando a historiografia africana: subsídios para a disciplina História da África nas licenciaturas. **Debates em Educação**, v. 12, n. 28, p. 265-288, 2020.

DIALLO, Cíntia Santos; DE LIMA, Claudia Araújo. Alguém sabe? Alguém viu? Qual o lugar da história e cultura africana e afro-brasileira e educação das relações étnico-raciais nos cursos de Licenciatura na região do Centro-Oeste?. **REPECULT-Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**, v. 4, n. 7, p. 40–60-40–60, 2019.

DIALLO, C. S *História da África e Cultura Afro-Brasileira no Ensino Superior Público: análises sobre currículos e disciplinas dos cursos de licenciatura em história em Mato Grosso do Sul (2003-2016)*. Tese de Doutorado. UFGD, 2017.

DUSSEL, E. *Europa, modernidade e eurocentrismo* em Lander. Edgardo (org.) A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais–perspectivas latinoamericanas, p. 55-70, 2000.

FONSECA, Marcus Vinícius. *Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica*. *Revista Brasileira da História da Educação*, n. 4, Campinas: Autores Associados, 2002.

GOMES, N. L. *Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MARQUES, E. P. de S. ., & DIALLO, C. S. . (2020). Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas de Mato Grosso do Sul / Teaching Afro-Brazilian and African history and culture in public schools in Mato Grosso do Sul. *Revista Educação E Políticas Em Debate*, 9(3), 619–635. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v9n3a2020-57853>

M'BOKOLO, E. *Afrique noire. Histoire et civilisations*. Paris: Hatier; AUF, 2004.

MOORE, Carlos. *A África que incomoda e a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SANSONE, Lívio. *Memórias da África: museus e políticas das identidades*. Salvador: EDUFBA, 2012.

6 9.1.7 Disciplina: Análise do Discurso do Preconceito, da Discriminação e do racismo na Sociedade Brasileira

Ementa: As noções de discurso, interdiscurso, sujeito, autoria e identidade. O discurso do preconceito e da discriminação social. Sobre a rarefação dos discursos nas relações étnico-raciais e de gênero na instituição escolar. Discurso e ideologia. Efeitos de sentido do discurso sobre a luta por reconhecimento e cidadania. A heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva nos discursos das relações étnico-raciais e de gênero na sociedade.

Objetivo: Contribuir com os fundamentos teóricos da Análise do Discurso para a compreensão do discurso do preconceito, da discriminação nas relações étnico-raciais e de gênero na escola e na sociedade.

Bibliografia Básica:

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

DUCROT. Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

GADET, F. ; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed., São Paulo: Unicamp, 1993.

CAVALLEIRO, Eliane. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Apresentação de análise do discurso*. *Glotta*, v. 12, p. 45a 49, São José do Rio Preto: 1990.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília-DF, 2004.

DIJK, Teun A. Van. *Racismo e Discurso na América Latina*. Rio de Janeiro: Contexto, 2012

GOMES, Nilma L. *Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele*. In: BARBOSA, Lúcia M. A. (Org.) *et al.* De preto a afro-descendentes: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EDUFSCar, 2003. p.137-150.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1999.

SANTOS, Gislene A. *A invenção do “ser negro”*: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SILVA, Petronilha B. G. *Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania*. In: ABRAMOWICZ, Anete & SILVERIO, Valter. (Orgs). *Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola*. Campinas, SP: Papyrus, 2005. p. 27-53.

7 9.1.8 Disciplina: Políticas Públicas e Direitos Humanos na Perspectiva da diversidade

Ementa: História dos Direitos Humanos. A relação entre Educação e Direitos Humanos na consolidação do Estado Democrático e da Cidadania. Educação Intercultural. Políticas Públicas para diversidade. Arcabouço legislativo, programas e ações para Direitos Humanos, Educação Étnico-Racial, Imigrantes, Pessoas com Deficiência, Gênero e Sexualidade.

Objetivos: Conhecer a história dos Direitos Humanos. Analisar criticamente os documentos oficiais que decretam a implantação no sistema de ensino brasileiro da Educação para o respeito e a igualdade étnico-racial. Conhecer as políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, de afro-brasileiros e quilombolas. Compreender a Lei Nacional de Diretrizes e Bases nº. 9396/1996, as Leis antirracistas, os fundamentos gerais da educação étnico-racial na organização do currículo, levando em consideração a tradição e a cultura na formação de professores. Relacionar Educação, Direitos Humanos e Cidadania.

Bibliografia Básica:

BRASIL. *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília-DF, Mec, 2001.

_____. Lei nº. 10.639/03 e nº. 11.645/08. Brasília.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº. 14 de 18/10/1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. D.O. da União de 19/10/1999, Brasília, p.12.

_____. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 339 p.

_____. Parecer CNE/CP nº. 003/2004 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria do Ensino Fundamental, versão Ago/1996.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. Sistema Nacional de Enfrentamento a Violência LGBT e Promoção dos Direitos. Brasília: 2013.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Rômulo Sousa; DO AMARAL, Cláudia Tavares. Educação para além da matrícula: crianças migrantes, refugiadas, e a Resolução nº 1/2020. **Revista Teias**, v. 23, n. 69, p. 134-146, 2022

BRANDÃO, André Augusto (Org). *Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói- RJ : editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

CANDAU, Vera Maria. (Org.) *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Educação em direitos humanos e formação de professores(as)*. São Paulo : Cortez, 2013.

DESLANDES, Keila. *Formação de professores e direitos humanos : construindo escolas promotoras da igualdade*. Belo Horizonte : Autêntica, : UFOP, 2015. Candau, Vera Maria Ferrão.

FACHINETTO, Rochele Fellini. SEFFNER, Fernando. SANTOS, Renan Bulsing dos. *Educação em direitos humanos [recurso eletrônico]*. 2. ed. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2018. 254 p.

FAUSTINO, Deivison Mendes e Oliveira, Leila Maria de. Xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [online]. 2021, v. 29, n. 63 [Acessado 11 Julho 2022] , pp. 193-210. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006312>>. Epub 05 Jan 2022. ISSN 2237-9843. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006312>.

GOMES, Nilma Lino. (Org). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. *Cultura negra e educação*. In: Revista Brasileira de Educação. Maio/jun/jul/ago – 2003 – n.23.

GRUPIONI, Luís Donisete B. *A nova LDB e os índios: a rendição dos carapálidas*. Cadernos de Campo – Revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia. São Paulo-SP, USP, V.1, p. 105-112, 1991.

HARTMANN, Luciana. Desafios da diversidade em sala de aula: um estudo sobre performances narrativas de crianças imigrantes. Cadernos Cedes, v. 37, p. 45-64, 2017.

HERNANDEZ, Isabel. *Educação e Sociedade Indígena: Uma aplicação bilingüe do método Paulo Freire*. São Paulo, Cortez, 1981.

Munanga, KabengeleO mundo e a diversidade: questões em debate. *Estudos Avançados* [online]. 2022, v. 36, n. 105 [Acessado 27 Julho 2022], pp. 117-129. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.008>>. Epub 13 Maio 2022. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.008>.

SILVA, Emmily Tobias; ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo. INTERCULTURALIDADE NA SALA DE AULA: A CULINÁRIA VENEZUELANA COMO RECURSO FACILITADOR NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESPANHOLA. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, v. 12, n. 2, p. 132-141, 2019.

SOUZA, Andrea Santana Leone de, Lima, Isabel Maria Sampaio Oliveira e Borges, Roxana Cardoso Brasileiro. A proteção dos direitos à identidade da criança intersexo: um olhar para além do registro civil. *Revista Direito e Práxis* [online]. 2022, v. 13, n. 2 [Acessado 27 Julho 2022] , pp. 1200-1223. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/66861>>. Epub 10 Jun 2022. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/66861>.

8 9.1.9 Orientação de TCC

Ementa: Orientação para construção de conhecimentos e perspectivas investigativa, tendo em vista a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de monografia ou artigo de teórico, de campo ou memorial de formação.

Objetivos: Elaborar projeto de pesquisa. Desenvolver pesquisa teórica e prática

Bibliografia Básica

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M.A.S. *Pesquisa em Educação: Alternativas investigativas com objetos complexos*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2006.

Bibliografia Complementar

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Futura, 2003.

9 9.1.10 Disciplina: Seminário de Pesquisa II

Ementa: Acompanhamento dos trabalhos de conclusão de Curso: estudo e elaboração de relatórios. Apresentação e discussão de trabalhos de pesquisa.

Objetivo: Subsidiar a elaboração dos pós-graduandos em processo de construção de projetos e do Trabalho de Conclusão de Curso, por meio da exposição oral e discussão dos trabalhos no grupo.

Bibliografia Básica:

- ABNT. *Apresentação de relatórios técnico-científicos* – NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. *Apresentação de originais* – NBR 12256. Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *Sumário* – NBR 6027. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Resumos* – NBR 6028. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. *Numeração progressiva das seções de um documento* – NBR 6024. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Referências bibliográficas* – NBR 6023. Rio de Janeiro, 2000.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 17. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- GHEDIN, Evandro, et all. *Questões de Método na Construção da Pesquisa em Educação*. São Paulo-SP, Cortez Editora: 2008. Coleção Docência em Formação.
- KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M.A.S. *Pesquisa em Educação: Alternativas investigativas com objetos complexos*. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2006.

Bibliografia Complementar:

- AZEVEDO, I.B. *O prazer da produção científica, diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos*. 6. ed. São Paulo: UNIMEP, 1996. 145 p.
- CHRISTIAN, Laville. *A construção do Saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. 1. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2000. Vol. 01.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986. 135 p.

27 10. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

1 10.1 Financiamento

Inicialmente o Curso não conta com recursos financeiros. Entretanto, estes poderão ser captados por meio de pagamento das inscrições para participar do processo seletivo para ingresso, ou ainda, por estabelecimento de parcerias com instituições públicas e/ou privadas.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. CNE. Resolução CEB n. 3, de 10 nov. 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de novembro de 1999. Seção 1, p. 19. Republicada em 14 de dezembro de 1999, Seção 1, p. 58.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. IPEA. Disponível em site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf Acesso em 20 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação do Brasil. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: SEB/MEC, 2018. Acesso 10/08/2019

BRASIL. MEC;SEF. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC;SEF, 1998.

BRASIL. MEC;SEF. *Referenciais para Formação de Professores Indígenas*. Brasília: MEC;SEF, 2002.

BRASIL. Portaria MEC nº. 4.059/04. DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. *Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso*. 2008. 249f. Tese. (Doutorado em Educação – Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, V. M. (org). *O currículo nos limiões do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. 2. ed. Brasília: MEC;SEF;DPEF, 1994. (Cadernos de educação básica. Série institucional, 2).

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

DEMO, Pedro. Aprender com autoria. Disponível em: <http://dre-pj.com.br/educacaointegral/wp-content/uploads/2014/07/Pedro-Demo-Aprender-com-autoria-1.pdf>. 2012, p.2. Acesso em 01 mai. 2016.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALAMARES. *Quadro geral da comunidade remanescentes de quilombos (CRQs)*. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/tABELA_CRQs_COMPLETA-Atualizada-31-12-15.pdf. Acesso em: 14 abr. 2016.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (orgs). *Indagações sobre o currículo: Diversidade e currículo*. Brasília: MEC;SEB, 2007, p. 18.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 283-303, maio-ago. 2004, p. 287.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

29 ANEXO I

QUADRO DE DOCENTES E DISCIPLINAS

Nº.	Disciplina	Nome/Titulação	Relação/Curso/ Instituição
01	Seminário de Pesquisa I	Coordenação e demais professores/as	
02	Currículo, Cultura e Diversidade	Dra. Cíntia Santos Diallo Dra. Maria de Lurdes Silva Dra. Maria José de Jesus Alves Cordeiro	Docente efetiva – UEMS Docente Cedida – UEMS Docente efetiva – UEMS
03	Metodologia da Pesquisa em Educação	Dra. Nedina Roseli Martins Stein Dra. Renata Lourenço	Docente efetiva – UEMS Docente efetiva – UEMS
04	Educação, Gênero e Sexualidade	Dra. Léia Teixeira Larceda Dr. Paulo Pressoto Dra. Anna Amorin	Docente efetiva – UEMS Docente efetivo - UEMS Docente efetiva - UEMS
05	História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul	Dra. Beatriz dos Santos Landa Dra. Amanda Cristina Danaga Dra. Diógenes Egídio Cariaga	Docente efetiva – UEMS Docente efetiva UEMS Docente efetiva UEMS
06	História e Cultura Africana e	Dra. Cíntia Santos Diallo	Docente efetiva UEMS

	Afro-brasileira	Dra. Manuela Areias Costa	Docente efetiva UEMS
07	Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira	Ma. Terezinha Coelho de Souza Ma. Ireni Aparecida Moreira de Brito	Técnica efetiva – UEMS Técnica efetiva – UEMS
08	Políticas Públicas e Direitos Humanos na Perspectiva da diversidade	Dra. Maria de Lourdes Silva Dra. Sirley Lizott Tedeschi Dra. Nubea Rodrigues Xavier	Efetiva – UEMS Efetiva – UEMS Efetiva – UEMS
09	Orientação de TCC	Dra. Amanda Cristina Danaga Dra. Anna Amorim Dra. Beatriz dos Santos Landa Dra. Cíntia Santos Diallo Dr. Diógenes Egidio Cariaga Ma. Ireni Aparecida Moreira de Brito Dra. Léia Teixeira Larceda Dra. Maria de Lourdes Silva Dra. Manuela Areias Costa Dra. Nedina Roseli Martins Stein Dr. Paulo Pressoto Dra. Sirley Lizott Tedeschi Ma. Terezinha Coelho de Souza	Efetivas/os – UEMS
10	Seminário de Pesquisa II	Coordenação e demais professores/as	

30

31

32

33 ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO PROFESSORES PESQUISADORES

Nº.	Nome/Titulação	Relação/Curso/Instituição
01	Dra. Amanda Cristina Danaga	Efetiva – UEMS
02	Dra. Anna Amorim	Efetiva - UEMS
03	Dra. Beatriz dos Santos Landa	Efetiva - UEMS
04	Dra. Cíntia Santos Diallo	Efetiva – UEMS
05	Dr. Diógenes Egídio Cariaga	Efetivo - UEMS
06	Ma. Ireni Aparecida Moreira de Brito	Efetiva – UEMS
07	Dra. Léia Teixeira Larceda	Efetiva – UEMS
08	Dra. Maria de Lourdes Silva	Cedida – UEMS
09	Dra. Manuela Areias Costa	Efetiva - UEMS
10	Dra. Nedina Roseli Martins Stein	Efetiva - UEMS
11	Dra. Nubea Rodrigues Xavier	Efetiva - UEMS
12	Dr. Paulo Pressoto	Efetivo - UEMS
13	Dra. Renata Lourenço	Efetivo - UEMS
14	Dra. Sirley Lizott Tedeschi	Efetiva - UEMS
15	Ma. Terezinha Coelho de Souza	Efetiva - UEMS